



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Reunidos em Brasília, nos dias 2 e 3 de maio de 2015, 40 delegados, 61 observadores das seções sindicais do ANDES-SN e 34 diretores do ANDES-SN, componentes da comissão diretora do 7º CONAD Extraordinário, docentes de instituições de ensino de todo o país debateram e deliberaram sobre as contribuições do ANDES-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas. Aprovamos as resoluções que encaminharemos e defenderemos, como delegação do ANDES-SN no 2º Congresso da CSP Conlutas, organizadas com base em dois eixos – Plano de Ação da CSP-Conlutas e Questões Organizativas. Nossa intervenção no interior das instâncias da Central devem estar mediadas, necessariamente, por ações no conjunto do sindicato, que permitam o fortalecimento e o enraizamento da Central em nossas bases, a partir da ampliação da participação das seções sindicais no cotidiano da CSP-Conlutas, expressa em um conjunto de propostas aprovadas, que tratam de ações no interior do ANDES-SN, em relação à nossa atuação na Central. A conjuntura, debatida em Plenária no primeiro dia do 7º CONAD, reafirmou o conteúdo da avaliação de conjuntura e a centralidade da luta aprovadas no 34º Congresso, destacando, entretanto, a aceleração e a intensificação das medidas de ajuste que têm como objetivo dar respostas à crise do capital. O aprofundamento dos ataques aos trabalhadores se expressa em dois aspectos que consideramos serem faces da mesma moeda – a retirada de direitos, expressa nas ações do Executivo, com destaque para as Medidas Provisórias 664 e 665, nas ações do Legislativo, a exemplo da votação no Congresso Nacional do PL 4330, e nas ações do Judiciário, tendo como exemplo a admissibilidade da constitucionalidade da Lei 9.637/98, e a adoção de medidas antissindicais do Estado Brasileiro e criminalização dos movimentos sociais. Destaque-se que não se trata de um conjunto de ações de um ou de outro governo, mas expressa o caráter de classe do Estado, que em momentos de aprofundamento da crise do capital, implementa, de forma mais contundente, ações que têm como objetivo retirar direitos. Em contraposição, a classe segue em movimento, com paralisações, dias de luta e greves, demandando de nós, trabalhadores, buscar novos patamares de enfrentamento. Esse novo patamar demanda a intensificação das ações unitárias com as organizações sindicais e populares, e as demais centrais, na perspectiva



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

da construção da greve geral. Para tanto, o ANDES-SN afirma a necessidade de construção da greve geral dos trabalhadores em 2015, atuando junto à CSP-Conlutas em busca da ampla unidade de luta contra os graves ataques aos direitos da classe trabalhadora. O apassivamento dos trabalhadores, a partir da cooptação das direções do movimento sindicais e dos movimentos sociais, presente nas duas últimas décadas, torna-se insuficiente para o capital, na atual conjuntura, quando presenciamos o ascenso das lutas. Somam-se, então, à cooptação das direções, as ações de criminalização dos movimentos e a adoção de práticas aintissindicais que têm como objetivo destruir entidades e movimentos que mantêm sua autonomia e combatividade. Nesse contexto, apontamos para a construção de um dia nacional de luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical, nos espaços de articulação, com as entidades sindicais e os demais movimentos sociais do campo classista. Aprovamos as seguintes resoluções a serem enviadas ao 2º Congresso da CSP Conlutas como propostas do ANDES-SN para os Temas 2 e 3 do Congresso.

Plano de ação (Tema 2 - Balanço de atividades e Plano de ação)

1. Intensificar ações e políticas unitárias com outras entidades e movimentos classistas, como polos aglutinadores dos setores combativos para organização de lutas, como vem sendo consolidadas no Espaço de Unidade de Ação.
2. Buscar a mais ampla unidade na luta em defesa do emprego, contra o ajuste fiscal e os ataques aos direitos dos trabalhadores, as terceirizações e toda sorte de precarização do trabalho, na perspectiva da construção de um programa classista anticrise e de emancipação.
3. Reforçar a articulação com outras entidades sindicais e demais movimentos sociais do campo classista, pela reorganização da classe trabalhadora, em uma orientação de luta anticapitalista.
4. Defender a liberdade e a autonomia sindical (nos termos da Convenção 87 da OIT), contra a estrutura sindical verticalizada e de Estado, sustentada na unicidade, imposto e investidora sindical.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

5. Realizar campanha nacional pela ratificação, por parte do Governo Brasileiro, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a consequente revogação dos dispositivos que impõem a unicidade sindical. Incluir, nessa campanha, a defesa da liberdade e da autonomia sindical, denunciando as ações do Estado brasileiro, particularmente do MTE, de ataque ao sindicalismo classista, a exemplo do que vem ocorrendo com o ANDES-SN.
6. Denunciar a crescente mercantilização da educação, intensificação e precarização do trabalho dos profissionais da educação, e a destinação dos recursos públicos para a iniciativa privada, como investimento em educação pública, que estão presentes no PNE (2014-2024).
7. Envidar esforços para a criação e o fortalecimento dos comitês estaduais em defesa da escola pública junto aos demais setores que defendem a educação pública.
8. Contribuir para organizar junto aos Comitês Estaduais, a realização, no segundo semestre de 2015, de Encontros Regionais Preparatórios ao II Encontro Nacional de Educação, envidando esforços na sua construção.
9. Construção de um dia nacional de luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical nos espaços de articulação com as entidades sindicais e os demais movimentos sociais do campo classista.
10. Continuar defendendo o princípio da autonomia em relação a governos e a partidos políticos.
11. Realizar uma campanha nacional de denúncia e de combate ao PL 499/2013 (Lei Antiterrorista);
12. Intensificar ações unitárias com as organizações sindicais e populares, e as demais centrais, na perspectiva da construção da greve geral contra os ataques aos direitos da classe trabalhadora.

Questões organizativas (Tema 3 - Organização da Central, Estatutos e Direção)

1. Manter os seus princípios organizativos democráticos e horizontalizados em todas as instâncias deliberativas (Congresso e Coordenação), na Secretaria Executiva e no



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Conselho Fiscal, em âmbito nacional, regional e/ou estadual, constituídas por representantes de entidades sindicais, oposições e minorias e demais movimentos sociais, eleitos por suas respectivas bases.

2. Envidar esforços para que, até seu 3º Congresso, a CSP-Conlutas esteja enraizada em todo Brasil, com a instituição das Coordenações, Secretarias Executivas e Conselhos Fiscais Estaduais e/ou Regionais.

3. Manter sua autonomia, independência financeira e posição contrária ao Imposto Sindical, lutando por sua extinção.

4. Tomar como parâmetro, para a definição do número de delegados das entidades, minorias e oposições sindicais, ao Congresso e a Coordenação Nacional, o número de sindicalizados em suas respectivas bases.

5. Organizar atividades de formação, de troca de experiências e de apoio mútuo entre as oposições sindicais e as instâncias da Central.

6. Desenvolver os setores de comunicação das instâncias nacional e estaduais da CSP, por meio de mecanismos e de procedimentos de integração com os departamentos de imprensa/comunicação das entidades filiadas, criando condições para que a comunicação da Central atue como espaço de intercâmbio de informações entre entidades e movimentos filiados, por exemplo, recebendo, selecionando e distribuindo material escrito e audiovisual produzido por cada entidade/movimento filiado para todos os demais.

6.1. Criar o setorial de comunicação na CSP-Conlutas composta por dirigentes e por profissionais da comunicação.

6.2. Preparar um plano nacional de comunicação da CSP-Conlutas com base nos debates realizados e nas demandas da central e de suas entidades filiadas.

6.3. Realização de seminários regionais e/ou estaduais no segundo semestre de 2015 na perspectiva de avançar na estruturação da comunicação e em preparação ao próximo seminário nacional de comunicação.